

A NOVA SOCIEDADE DO TRABALHO: DESCENTRALIDADE, PRECARIEDADE E RISCO¹

THE NEW WORKING SOCIETY: DESCENTRALITY, PRECARIOUSNESS AND RISK

FABRÍCIO MACIEL

RESUMO

O artigo analisa algumas mudanças sociais na lógica e no sentido do trabalho no capitalismo contemporâneo. Para tanto, é dividido em três partes. Na primeira, faz uma revisão da obra de Claus Offe, de modo a averiguar em que medida sua declaração da não centralidade do trabalho na vida social pode ser válida para a compreensão das sociedades atuais. Na segunda, aborda a obra de André Gorz e recupera a perspectiva do advento de uma sociedade do conhecimento, com sua análise sobre o fim do fordismo e do surgimento do pós-fordismo, bem como sua consequente precarização social. Por fim, recupera, na obra de Ulrich Beck, a relação entre insegurança no trabalho e risco social, bem como suas consequências na vida política. Como conclusão, enfatiza a dimensão propriamente social das mudanças no trabalho contemporâneo, a partir da obra dos autores, bem como seus efeitos na vida coletiva e na experiência individual contemporânea.

Palavras-chave: Trabalho, Classes, Precariedade, Risco, Mudança social.

ABSTRACT

The article analyzes some social changes on logic and meaning of work in contemporary capitalism. Therefore, it is divided into three parts. At the first one, it reviews the work of Claus Offe, in order to investigate to what extent his statement of non-centrality of work in social life can be valid for the understanding of contemporary societies. At the second part, it approaches the work of André Gorz and recovers the prospect of the advent of a knowledge society, with its analysis about the end of Fordism and the rise of Post-Fordism and its consequent social precarization. Lastly, it recovers, in the work of Ulrich Beck, the relationship between job insecurity and social risk as well as their consequences in political life. Concluding, it highlights the social dimension of the changes in

¹ Este artigo é uma versão modificada do 2º capítulo do meu livro “A nova sociedade mundial do trabalho: para além de centro e periferia?” (São Paulo: Editora Annablume, 2014, 206 p.).

contemporary work, from the works of the authors as well as their effects on collective life and in the contemporary individual experience.

Keywords: Work, Classes, Precariousness, Risk, Social change.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é esboçar uma análise geral sobre as mudanças sociais no sentido e na lógica do trabalho no capitalismo contemporâneo. A investigação baseia-se essencialmente nas obras de Claus Offe, André Gorz e Ulrich Beck. A escolha dos autores se deve tanto a sua influência acadêmica, quanto à peculiaridade de suas análises. Existe hoje em boa parte da literatura acadêmica sobre o tema do trabalho um consenso de que não vivemos mais em uma sociedade do trabalho no sentido marxista mais tradicional do termo. A literatura varia entre os anos 1970 e 1980 identificados como marcos históricos do início da mudança e do advento de um novo tempo.

Dois dados se apresentam como fundamentais para a compreensão da mudança. O primeiro é o advento do conhecimento tecnológico e especializado como força produtiva sem precedentes na história. O segundo é o advento do setor de serviços como dimensão produtiva crescente ao lado da informalização das relações e condições de trabalho. O significado do advento da tecnologia pode ser visto na forma como a dominação financeira internacional contemporânea toma força política inédita. O significado da informalização do capitalismo pode ser compreendido se pensarmos como ele é fundamental para a precarização e legitimação atual das relações de exploração do trabalho, tornando a ação e eficácia do capital ainda mais opaca.

O questionamento sobre o fim da sociedade do trabalho possui um marco histórico específico na Europa: a fragmentação do Estado de bem-estar social. Quando a precarização e a informalidade, bem como a sistematização dos processos de exclusão, começam a se tornar realidade visível em países como Alemanha e França, o tema se torna pauta do dia na academia. Uma discussão a partir das obras de Claus Offe e André Gorz, no Brasil, pode ser observada em torno de uma polaridade que em alguma medida tocou neste tema. Trata-se da discussão em

torno do fim da sociedade do trabalho. O principal autor nesta direção é Ricardo Antunes. Sua perspectiva se sustenta em boa medida na teoria do valor marxista para afirmar que ainda vivemos em uma sociedade do trabalho (ANTUNES, 2000).

A perspectiva que estou adotando não nega a centralidade do trabalho na vida contemporânea. Entretanto, a revisão da obra de autores como Offe, Gorz e Beck nos permite ver que eles têm mais a oferecer do que a simples declaração do fim da sociedade do trabalho. Neste texto, gostaria de ir além da dicotomia “trabalho - não trabalho” e esboçar a interpretação de uma sociedade do trabalho modificada, com padrões de produção e reprodução modificados. Neste sentido, talvez seja possível uma síntese entre um marxismo mais tradicional e autores que pensaram as mudanças sociais contemporâneas do trabalho em outra direção.

Claus Offe, por exemplo, publicou nos anos 1980 uma crítica à centralidade do conceito de trabalho para a teoria social que ficou bastante conhecida no Brasil. Esta crítica significa também uma interpretação sobre o fim da sociedade de classes e apresenta a necessidade de uma nova interpretação para as sociedades capitalistas contemporâneas. Esta compreensão geral do tema é muito semelhante às interpretações de Ulrich Beck sobre o trabalho e a classe, desde seu *Risikogesellschaft* (BECK, 1986), e de André Gorz, que desenvolveu a ideia de “sociedade do conhecimento”, ou sociedade do “imaterial”, em lugar do paradigma do trabalho (GORZ, 2004, 2005).

O ponto em comum é que trabalho e classe não seriam mais categorias centrais para a sociologia. Os três autores acabam apresentando alternativas teóricas e ideológicas em relação ao que se convencionou chamar, anteriormente, e com atestado de óbito entre os anos 1970 e 1980, de “sociedade industrial”, que supostamente se compreendia pela centralidade e articulação dos conceitos de trabalho e classe. Uma nova teoria do trabalho precisa rever esta discussão, sem se resumir a aceitar as alternativas dos autores, que acabaram por proclamar o nascimento de uma nova sociedade, pós-sociedade do trabalho. Não é possível se furta, entretanto, de algumas interpretações apresentadas pelos mesmos.

Ainda que os três autores apresentem uma tentativa de interpretação de mudanças estruturais como um todo acerca do tema em questão, procuraremos aqui identificar e enfatizar a possibilidade de interpretação das mudanças sociais propriamente

ditas, sobre o sentido e a lógica do trabalho contemporâneo, a partir de suas obras. No primeiro tópico, veremos a contribuição de Claus Offe e como ele defende que o trabalho não se sustenta mais como uma categoria central para a sociologia. Em seguida, uma releitura da obra de André Gorz permitirá a identificação de como o autor procura substituir a ideia de sociedade do trabalho pela de sociedade do conhecimento, com ênfase em seus efeitos em termos de precariedade social. Por fim, veremos como a obra de Ulrich Beck sugere um estreitamento da relação entre insegurança social no trabalho e risco social. Na conclusão, procuraremos enfatizar os aspectos propriamente sociais da mudança no trabalho contemporâneo, bem como seus efeitos na vida social e na experiência individual.

O TRABALHO NA BERLINDA - CLAUD OFFE

Claus Offe inicia sua crítica com uma questão fundamental, da qual não apenas a sociologia do trabalho, mas também a sociologia das classes e da desigualdade não pode mais fugir: ainda podemos preservar a preocupação materialista original dos clássicos da sociologia? (OFFE, 1989, 1994). A questão se apresenta a partir de observações empíricas sobre algumas subdivisões na esfera do trabalho, na Europa dos anos 1980. Uma heterogeneidade empírica de situações de trabalho, evidente na periferia do capitalismo desde sempre, agora se torna tema de questionamento intelectual e político no centro. Várias situações particulares de trabalho em termos de venda, qualificação, manutenção de emprego, reconhecimento e visibilidade, bem como possibilidades de autonomia e comunicação, tornam-se cada vez mais evidentes na Europa.

Em outros termos, trata-se da fragmentação do pleno emprego, ou seja, da chegada na Europa de um dos principais produtos negativos do capitalismo, uma das suas principais realizações negativas, que sempre existiu na periferia. O novo e ameaçador dado empírico leva, então, ao questionamento sobre se o trabalho agora teria se tornado abstrato, restringindo-se apenas a uma categoria estatística descritiva, perdendo sua força analítica para explicar estruturas, conflitos e ações sociais (OFFE, 1989). O fato de ser um empregado nas sociedades europeias, despedidas do Estado de bem-estar, agora se apresenta como menos significativo.

O trabalho parece não mais atribuir sentido à vida social como antes. Uma diferenciação interna ao trabalho assalariado erode agora a sua identidade.

A investigação do autor identifica, nos anos 1970, quatro fraturas específicas na lógica do trabalho assalariado. A primeira delas é uma distinção entre mercado primário e secundário, bem como entre mercado interno e externo. Sua interpretação sugere um capitalismo cindido ao meio em suas formas de produção e de circulação. A segunda fratura se refere à produção de bens e serviços fora do modelo institucional formal. Os dados empíricos evocados são o surgimento crescente de famílias como unidades produtivas domésticas e o advento de economias subterrâneas, semilegais ou criminosas². A terceira fratura, percebida pelo marxismo, seria a cisão vertical no trabalho assalariado e o consequente crescimento de posições de classes “intermediárias” ou “heterogêneas”. Por fim, alguns sociólogos do trabalho diferenciaram formas de trabalho “produtivas” e “de serviços”.

Claus Offe (1989) percebe, com estes quatro pontos, a chegada da informalização das relações de trabalho no capitalismo contemporâneo, bem como de sua consequente precariedade econômica e social no centro do sistema. Para ele, a divisão entre trabalho “produtivo” e de “serviços” tornou-se a base das explicações macrossociológicas da emergente sociedade de serviços pós-industrial. O critério explicador do setor secundário, por exemplo, perde clareza relativa quando o trabalho se torna reflexivo, como na maior parte do setor terciário de serviços.

Para o autor, as atividades de serviços se diferem em dois aspectos. Primeiro, a heterogeneidade dos casos, que ele vê como sinônimo de “incerteza”. Por isso, a função da produção técnica que relaciona inputs e outputs não pode ser utilizada, no caso dos serviços, como critério de controle de desempenho adequado do trabalho. Segundo, o trabalho em serviços seria ausente de “critério de eficiência econômica”. Isto porque o resultado de serviços não seria “lucro” monetário, mas “utilidades” concretas. A conclusão do autor neste ponto é que a esfera dos serviços se tornou um “corpo estranho”, funcionalmente necessário, não absolutamente “liberado” da racionalidade formal econômica, mas limitado

²Mais uma vez, fatos surpreendentes do “admirável novo mundo do trabalho”, como denominou ironicamente mais tarde Ulrich Beck (BECK, 2007), são realidades antigas das sociedades periféricas que agora assombram o centro.

externamente por ela. Indo adiante, Claus Offe (1989) considera que o crescimento do setor de serviços pode ser interpretado como “problemas de segunda ordem” e “custo de complexidade”, acumulados com mobilização do trabalho assalariado. Ele considera ainda o setor de serviços como uma racionalidade “substantiva” de base normativa, reprimida pelo trabalho produtivo, que re-emerge para garantir institucionalmente uma existência social através de um tipo especial de trabalho.

Offe considera ainda que a ambivalência e a independência do terceiro setor garantem e padronizam pré-condições e fronteiras do trabalho produtivo ao qual ele não pertence. O terceiro setor seria o “vigia e regulador” de Marx. Uma nova classe constituída pelo setor de serviços, para ele, questiona a sociedade do trabalho (produtivo) e seus critérios de racionalidade em favor de medidas de valor substantivas, qualitativas e humanas. Ademais, Offe acredita que a divisão entre “produtores” e “produtores de produção”, nas sociedades “pós-industriais”, enfraquece a unidade estrutural do trabalho social e desafia padrões de racionalidade. O autor tem o crédito de tematizar a “nova classe” e sua indispensabilidade funcional. Percebe também a ambiguidade sociologicamente explicável no conceito de trabalho. Além disso, tematiza os ambíguos e contraditórios critérios de racionalidade, cristalizados na relação entre a “produção eficiente” e a “manutenção efetiva da ordem”. Poderíamos questionar, entretanto, em que medida distinguir “produtores” e “produtores da produção” crítica mais do que reproduz uma hierarquia, típica do pensamento ocidental, entre formas de trabalho materiais e não materiais, bem como entre as dimensões materiais e não materiais da produção.

O suposto enfraquecimento do trabalho social pode significar, sob outro ponto de vista, a afirmação de formas distintas de trabalho e a competição das mesmas com as formas de trabalho ditas tradicionais. Em outros termos, a informalidade disputa diretamente com os vínculos formais a capacidade de geração de valor econômico e de reconhecimento social. Um padrão de racionalidade alternativo poderia também ser pensado como criação de valor paralelo, e não necessariamente como deteriorante, do sistema capitalista. Em outro plano, uma economia como a brasileira, por exemplo, marcada hoje em grande parte pela informalidade, concorre com economias estabelecidas, marcadas ainda hoje principalmente pelos vínculos formais de trabalho.

Esta análise de Claus Offe também se dedica à compreensão do declínio da ética do trabalho. Com ela o autor acredita tematizar um segundo conjunto de dúvidas sobre a centralidade do trabalho. Isto inclui (1) a avaliação subjetiva do trabalho entre a população trabalhadora; (2) a significação do trabalho para o modo de vida e a consciência; (3) e a orientação e os motivos para o trabalho. Com isso, a descentralização do trabalho assalariado conduziria a um afastamento das biografias individuais. Aqui, nos deparamos com outro aspecto do pensamento do autor. Trata-se da dimensão do “mundo da vida”, no sentido da relação entre as mudanças na estrutura do trabalho e os efeitos na vida social e individual. A mudança no sistema produtivo, ou seja, a perda de centralidade e de capacidade de atribuição de sentido pelo trabalho seria sentida no mundo da vida com a perda das biografias individuais ligadas ao trabalho.

Na linguagem do autor, a perda da centralidade no nível da integração social se opera com o trabalho sancionado como um dever, enquanto que na integração sistêmica, como necessidade. A desintegração da ideia de trabalho como dever humano ético se opera em três dimensões: primeiro, a erosão de tradições culturais religiosas e leigas; segundo, o crescimento do hedonismo no consumo; terceiro, o trabalho só funciona em condições de reconhecimento moral. Por outro ângulo, isto significa, para o autor, o advento da “taylorização”, que elimina o “fator humano”, e da racionalização, que degrada e desqualifica o trabalho humano, além de enfraquecer o “orgulho do produtor” e o reconhecimento social. Com isso seria possível questionar o prognóstico weberiano de que uma conduta de vida racional baseada na ideia de vocação define a vida.

O pano de fundo implícito a esta análise parece ser o advento do trabalho precário na Europa. Logo, a teoria dominante passa a abandonar a ideia de trabalho enquanto caminho necessário para a integração social. Trata-se, entretanto, da ideia específica de trabalho assalariado, restrita a um tipo de sociedade nacional específica, vivida apenas na Europa. Se agora a taylorização desqualifica o valor humano no centro do capitalismo, o que dizer do valor humano daqueles que sempre realizaram trabalho precário no mundo inteiro? Em contrapartida, o que dizer, por exemplo, da formação de uma nova classe trabalhadora informal no Brasil, bem como em outros lugares do mundo, como China, Índia e África do Sul, cujo trabalho atribui diretamente reconhecimento social nestas sociedades,

marcadas por uma desigualdade social estrutural? A realidade parece ser a de que não é o trabalho que perde sua capacidade de atribuição de sentido e reconhecimento, ou seja, seu sentido universal no capitalismo, mas sim as sociedades europeias que começam a perder o privilégio histórico no qual o trabalho sempre garantiu dignidade e reconhecimento generalizados para a maioria da população.

Claus Offe (1989) questiona também a possibilidade de se interpretar o contexto de vida como um todo em torno da centralidade do trabalho. Entretanto, tal diagnóstico nos remete a um lugar do trabalho assalariado apenas, sendo que poderíamos questionar se este realmente chegou a garantir integração social em alguma sociedade. Logo, o questionamento do autor sobre a ligação entre trabalho e contexto total de vida exigiria uma maior apuração teórica e empírica.

A redução do tempo de trabalho, para Offe (1989) contribui para que o mesmo se torne uma preocupação “dentre outras” e que se relativize sua função na identidade pessoal e social. Ele recorre ainda a estudos de psicologia econômica para dizer que crescimento individual e aumento de renda não aumentam o bem-estar e a satisfação coletiva. Em complemento, a sociologia industrial, em sua leitura, sugere um hiato entre não-utilidade do trabalho e declínio da satisfação intrínseca.

O autor ressalta também a necessidade de uma importante substituição da demanda por “direito ao trabalho” pela demanda por “direito ao trabalho útil e significativo”. A ideia de sociedade do trabalho em Offe (1989), poderíamos dizer, apresenta-se no geral como sinônimo de sociedade salarial, bem como o trabalho digno como sinônimo de emprego e de vínculo formal. A ideia de sociedade do trabalho acaba sendo compreendida implicitamente como sinônimo das sociedades europeias do período do Welfare State. Pensando a partir do Welfare State e de sua fragmentação histórica, o autor compreende sociedade do trabalho apenas como sinônimo de sociedade do salário e da seguridade. Por isso, o terceiro setor é visto como um fenômeno estranho, enquanto realidade empírica e enquanto questão política, teórica e social.

Claus Offe (1989) esboça ainda uma crítica da adaptação individual ao mercado. O pressuposto para tal adaptação estaria empiricamente distribuído de forma paradoxal. Os aspectos paradoxais do mercado gerariam desemprego estrutural e,

segundo o autor, subculturas de economia informal e subterrâneas. Os membros de tais subculturas seriam hostis aos valores e às normas legais da “sociedade do trabalho” e estariam associados à “cultura do desemprego” subproletária. Mas falar em culturas diferentes dentro de uma mesma sociedade, e usando o termo cultura de forma um pouco desacoplada de fenômenos históricos pode significar a atribuição a estas supostas culturas inferiores e alternativas de uma ação que justifica sua própria condição de precariedade. O fenômeno é percebido como se estas pessoas simplesmente não quisessem fazer parte da “cultura legítima” do sistema meritocrático do trabalho.

Não por acaso, o autor se remete à emergência, na Alemanha Ocidental, de uma sociedade dividida, marcada por um núcleo produtivo e uma periferia crescente de pobres sustentados. A mesma distinção qualitativa, se correta, poderia ser aplicada à compreensão da diferença histórica entre centro e periferia do capitalismo, considerando o dado de que nesta última os pobres são a maioria, ainda que estejam em mudança e algumas sociedades sejam hoje, como o Brasil, consideradas “emergentes”. Tais dados evidentes para o autor são suficientes para se falar em “crise da sociedade do trabalho” e perda da relevância subjetiva e do potencial de organização da esfera do trabalho.

Se tais dados fossem suficientes para a análise de uma suposta crise, não seria necessário olhar para a periferia do capitalismo e seria razoável constatar que sua história é sinônimo de crise e desintegração social a partir da centralidade objetiva do trabalho. Outro ponto de vista pode considerar que a informalização e a precariedade seriam o outro lado de sistema mundial que possibilitou a construção social do Welfare State na Europa. Na periferia do capitalismo, a informalidade e a precariedade são marcas estruturais das histórias nacionais.

Buscando a crítica, Claus Offe (1989) compreende a sociedade do Welfare State excluindo crescentes porções de força de trabalho social da participação na esfera do trabalho assalariado, pois esta mesma sociedade não tem recursos culturais ou sanções econômicas necessárias para estabilizar a centralidade subjetiva da orientação para o trabalho, a realização pessoal e os salários através de regras culturais ou da coerção silenciosa dos processos de mercado.

A diferença entre trabalho social e trabalho produtivo ou assalariado precisa ser tomada com cuidado, de modo a não reproduzir uma hierarquia entre ocupações válidas e inválidas, o que em outros termos significaria dignas e indignas. A própria teoria social atribuiria, desta maneira, reconhecimento social apenas ao trabalho dito produtivo e assalariado. Isso significaria desconsiderar um fato fundamental em toda a lógica da reprodução social moderna, ou seja, que toda atividade considerada como trabalho no senso comum, informal ou formal, contribui de alguma maneira para a vida social, ainda que sejam evidentes o reconhecimento e a remuneração diferenciais, que devem ser criticados e não reforçados pela teoria social.

O autor chega a recorrer à ideia de recursos culturais para sustentar tal distinção, correndo o risco de legitimar e naturalizar uma distinção ontológica entre o trabalho informal e o produtivo. Assim, quando o trabalho informal e precário chega ao centro do capitalismo, com o ocaso do Welfare State, a teoria social europeia acaba considerando-o como cultura inferior e alternativa. É por isso que o autor percebe o trabalho objetivamente deslocado do status de fato da vida, central e autoevidente, como evolução objetiva, contrária aos valores oficiais e padrões de legitimação social, trabalho este agora privado do papel subjetivo como força motivadora central na atividade dos trabalhadores. No geral, apenas o trabalho assalariado em suas formas tradicionais é visto como atribuidor de sentido à vida.

A PRECÁRIA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO - ANDRÉ GORZ

O segundo autor a ser analisado neste artigo é André Gorz, um austríaco que fez carreira na França. Diferente de Offe, dedicou vários livros ao tema do fim da sociedade do trabalho e do advento de uma “sociedade do conhecimento” ou de uma sociedade do “imaterial”. Ele ficou conhecido por seu livro Adeus ao proletariado (1982). Nos anos 1990, publicou os livros Misérias do presente, riqueza do possível (GORZ, 2004) e O imaterial (GORZ, 2005). Em Misérias do presente, podemos encontrar a análise de Gorz sobre o que ele chama de últimos avatares do trabalho. O primeiro ponto que nos interessa na obra do autor é sua análise do “pós-fordismo”.

Gorz compreende que o crescimento fordista nos deixa duas opções: primeiro, a conquista de porções suplementares do mercado; segundo, a renovação da produção e da obsolescência dos produtos (GORZ, 2004). Ele apresenta no geral uma importante análise, pautada em pesquisas empíricas, sobre as mudanças sociais do trabalho em seu tempo. A mudança social em foco trata do processo de transição do sistema de produção fordista para o sistema de produção pós-fordista. O que aconteceu com o sistema que durante o Welfare State parece ter sido responsável pela reprodução e atribuição de sentido à vida social, pelo menos na Europa?

Gorz (2004) teoriza sobre mudanças sociais empíricas que impediram o sistema fordista de continuar funcionando. Uma delas é o surgimento de mercados “virgens” em países “emergentes” impondo uma ruptura com o fordismo. Neste aspecto o autor percebe a periferia do capitalismo, mas apenas de passagem e de “fora”. A mudança social, o problema que incomoda, lida diretamente com a fragmentação e perda de capacidade de reprodução social de um modo de organizar a produção que existiu apenas enquanto sociedade nacional e deu certo apenas em países do Atlântico Norte, ou seja, o fordismo.

Para o autor, o crescimento capitalista agora é qualitativo e imaterial, e não o contrário, como no fordismo. Este sistema teria chegado, para ele, a um limite de incapacidade de produção e circulação de mercadorias materiais, bem como do consequente reinvestimento derivado da comercialização das mesmas. Os estoques físicos começaram a encher os galpões das fábricas e a gerar prejuízos e incapacidade de autossuperação empresarial. Logo, surge a necessidade de o sistema se reinventar. O que produzir, para não ocupar estantes e recuperar a capacidade de venda e reinvestimentos? Para Gorz, a grande saída do capital, sua grande reinvenção, o que permitiu sua autossuperação e o desenvolvimento de uma capacidade ainda maior e mais perfeita de dominação social do trabalhador e de roubo da sua subjetividade foi a criação de mercadorias “imateriais” (GORZ, 2004, 2005), ou seja, a concepção e a capacidade de venda de sonhos.

O novo tipo de mercadoria exige um novo tipo de trabalho e uma nova capacidade de trabalho. Trata-se do trabalho de concepção, de criação, de invenção do valor do produto, valor que é de uso e é simbólico, valor emocional, que atribui sentido à vida. Agora, os produtos se impõem por “imagem, novidade e valor simbólico”

(GORZ, 2004). Os mercados saturados exigem diversidade de gostos e modas. As empresas passam a criar versatilidade e inconsistência. Logo, o novo tipo de trabalho, cada vez mais valorizado, exige um novo perfil de trabalhador. A nova lógica empresarial deixa claro que agora só ficam no emprego os que trabalham e pensam. O velho trabalhador precisa se renovar, ou perde lugar para o novo. Por outro lado, a classe trabalhadora europeia parece estar finalmente conquistando aquilo pelo que sempre lutou diante do capital: a recuperação de sua autonomia, de sua subjetividade, que o capital havia desde sempre lhe roubado. Para Gorz, entretanto, o capital tinha uma “carta na manga”, que Marx havia previsto em seus *Grundrisse* (SILVA, 2008), e ela é exatamente o segredo, a chave para a compreensão da suposta nova sociedade do conhecimento: o capital convidou a classe trabalhadora para sentar do outro lado da mesa e participar da concepção do seu trabalho.

Na análise de Gorz, uma fala de Ohno, mentor do toyotismo, se tornou emblemática: “O que fazer para elevar a produtividade quando as quantidades que se deve produzir não aumentam?” (GORZ, Idem). O toyotismo, conhecido substituto do fordismo, opera assim uma importante inversão, explorando o potencial de rebeldia do trabalhador no fordismo agora como virtude do trabalhador. Para Gorz, trata-se da mobilização total do trabalhador em lugar da repressão dominante. Em outros termos, vivemos o advento de uma era de “cooperação produtiva”, como percebeu também Richard Sennett (2006), quando analisou o sentido do “trabalho em equipe” contemporâneo.

Gorz define o atual operário como polivalente, multifuncional e comunicativo. Com isso, compreende o trabalho da produção não mais como imediato, mas como fruto do trabalho imaterial do próprio operário. Este ponto merece muita atenção, pois pode reproduzir uma dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho corporal. A constatação de uma nova fonte moral e normativa, como parece o caso, corre o risco de se transformar em uma “ontologia do imaterial” em lugar de uma “ontologia do material” marxista.

No geral, o argumento central de André Gorz (2004) é que o conhecimento se torna a força produtiva imediata na sociedade pós-fordista ou, como ele mesmo define, na sociedade do conhecimento contemporânea. O conhecimento assim se torna,

pelo menos na teoria, um critério normativo objetivo e incontornável. De fato, é difícil negar a centralidade e a força crescente do conhecimento especializado e tecnológico na reprodução da sociedade do trabalho atual. Se pensarmos no conhecimento acadêmico e especializado, no crescente valor e exigência de níveis de qualificação cada vez mais altos para uma boa inserção no mercado de trabalho, podemos identificar um valor analítico inevitável nesta tese. Não se pode mais fugir do tema. Um breve olhar na mídia contemporânea, nos números sobre a educação no Brasil e nos números sobre a educação na Alemanha, como mostra Ulrich Beck (BECK, 1986), por exemplo, permite ver que o debate é incontornável.

Um fato dificilmente contestável é a força e a objetividade do conhecimento tecnológico nas sociedades contemporâneas. Outro fato, totalmente diferente e cujas consequências políticas podem ser perigosas tanto para a teoria social quanto para a ação política e seu discurso na esfera pública, é, a partir do aparente dado da centralidade do conhecimento, definir toda a sociedade contemporânea e sua lógica de reprodução enquanto “sociedades do conhecimento”. A definição das sociedades do conhecimento precisaria, sobretudo, justificar o fim das sociedades do trabalho. Para tanto, os dois conceitos precisam ser esclarecidos e historicizados, ou seja, é preciso compreender em quais contextos tais conceitos fazem sentido e o que eles significam. Podemos dizer que André Gorz desconstrói a centralidade do trabalho tentando provar sua perda de eficácia na tarefa de reproduzir e atribuir sentido à vida social. Algumas mudanças práticas precisam ser constatadas nesta direção. Não é outra coisa o que o autor tenta fazer com a análise do suposto processo de transição do fordismo para o pós-fordismo.

Para Gorz, o fordismo pode ser definido como um sistema centralmente hetero-organizado (GORZ, 2004). Isso define, em outras palavras, a estrutura de trabalho e emprego do trabalho assalariado, cujo desmoronamento histórico, na Europa, se apresenta como dado inevitável. No fordismo, a relação de hierarquia na produção é clara, ou seja, é visível e bem definido quem organiza e idealiza e, de outro lado, quem obedece e reproduz. Ou seja, quem produz e quem reproduz a produção. Esta relação é definida pelo vínculo do trabalho formal, tendo as leis trabalhistas e a remuneração como mediadores diretos e objetivos da relação de produção. Em contrapartida, com a fragmentação desta estrutura social através do esgotamento prático do sistema, ou seja, com a incapacidade de autossuperação de lucros através

da produção de mercadorias materiais, segundo Gorz, teríamos o advento do pós-fordismo. Para ele, este seria definido exatamente pelo contrário, a saber, um sistema cuja característica central é ser auto-organizador descentrado.

No pós-fordismo, sinônimo aqui de “sociedade do conhecimento”, para Gorz, “modernidade reflexiva” para Ulrich Beck (1986) e “novo capitalismo” para Richard Sennett (2006), o vínculo formal de trabalho assalariado está para sempre quebrado e tende a desaparecer. Em seu lugar surgem as pequenas unidades produtivas percebidas por Claus Offe (1989), ou seja, o advento do sistema de trabalho informal, cujas atividades concretas são quase sempre sinônimo de precariedade. Por isso o sistema seria auto-organizador e descentrado, pois a relação tradicional patrão-empregado é paulatinamente substituída por milhões de pequenos “autônomos”, cuja ação econômica passa a ser, numericamente ao menos, a maior e mais importante para a reprodução social.

A descentralização produtiva e social, definida por muitos como reestruturação produtiva (ANTUNES, 2000), é analisada por André Gorz com referências empíricas. Uma delas é o caso da fábrica da Volvo em Udevalla, na Suécia. Trata-se de um caso emblemático de como a classe trabalhadora europeia tradicional negocia com o capital e se apresenta como suposto ator fundamental de sua própria autonomia, o que gerou consequências sociais um tanto quanto imprevisíveis.

Para Gorz (2004), as exigências dos sindicatos, símbolo da demanda existencial da classe trabalhadora e efeito da insatisfação dos mesmos com o sistema, podem ser bem resumidas em levar os operários a refletir sobre seu próprio trabalho e interrogar-se sobre a concepção do produto e dos equipamentos. Com isso, a busca por liberdade da classe trabalhadora levou à consecução de critérios de “flexibilidade escolhida”, ou seja, a entrega maior da subjetividade ao capital. Com o tempo, a classe trabalhadora conseguiu o que queria, ou seja, sentar-se ao outro lado da mesa e tornar-se também produtora da produção e não mais apenas reprodutora alienada e subserviente. Ela passa a conceber o trabalho, a pensar o trabalho, se torna trabalhadora reflexiva. Entretanto, haveria um preço. A entrega ao trabalho se torna mais intensa, exaustiva, alienante e não recompensante. Agora considerado autônomo, parceiro, livre, dono de iniciativa, o trabalhador precisa se exaurir e dedicar mais tempo à empresa, que ele agora enxerga também como sua.

Por sua vez, o dono do capital também o vê como parceiro, e assim consegue legitimar a diminuição crescente dos contratos formais e dos direitos de proteção do trabalhador.

Em princípio, a relação com o trabalho parecia agora superar a alienação, velha inimiga e tragédia existencial da classe oprimida pelo trabalho. Gorz (2004) resume em três aspectos as condições necessárias e agora conquistadas para a mudança e o alcance da liberdade subjetiva, almejada historicamente pelas classes trabalhadoras europeias. (1) Auto-organização: os trabalhadores agora se tornam sujeitos da cooperação produtiva; (2) Geração de faculdades e competência: esta conquista pessoal e subjetiva poderia então ser usada como autonomia; (3) Objetivação do trabalho em produto reconhecido como sentido e fim de sua própria atividade.

Um dos dados mais intrigantes que guiam a análise de Gorz vem exatamente da Suíça, centro quase intacto do capitalismo, que agora não é mais o mesmo: desemprego 1,8% em 1990, 7% em 1992, 10% em 1994 (GORZ, 2004). Diante dos três pontos elencados acima, estes dados parecem sugerir que algo teria escapado da previsão na luta histórica dos trabalhadores pela recuperação de sua subjetividade. Para um país periférico tais dados não seriam motivo de alarde. Para a rica realidade histórica europeia, entretanto, eles são uma sinalização clara de que algo escapou ao controle na lógica social do trabalho. O caso de Udewalla infelizmente não é uma realidade isolada, mas reflexo de um fenômeno muito maior, que ultrapassa os portões da fábrica. Trata-se da nova informalização, flexibilização e precarização generalizada do capitalismo. A velha realidade periférica, produto de um sistema econômico mundial, como diria Wallerstein (1976), agora se torna questão política e social relevante no centro, quando dados desta natureza apontam que o leme da situação foi perdido.

A conclusão de Gorz é que “a globalização e o desemprego permitiram ao capital exercer de novo seu poder sem divisão. Era a função que devia cumprir” (GORZ, 2004). A carta na manga do capital foi entregar ao trabalhador todo o seu destino, tudo o que ele queria, toda a sua autonomia e subjetividade. O que o trabalhador não sabia é que com isso perderia a sua segurança.

Gorz percebe esta transição do fordismo para o pós-fordismo como um processo de “submissão”. Existe nesta perspectiva um drama fundamental, cuja marca principal

é a ambiguidade. Esta interpretação sugere uma mudança nas relações de força econômica entre países até então dominantes, como a Alemanha, e países emergentes como o Brasil. Enquanto no centro do capitalismo a informalização e a flexibilização proporcionaram o aumento do trabalho informal e precário para porções significativas da sociedade em medida inédita, na periferia ela teria proporcionado a ascensão de novas classes médias ou, como mostrou Jessé Souza (2010), de uma nova classe trabalhadora.

Seguindo na análise de Gorz, outro dado visível é que as empresas passam agora a contratar jovens sem experiência e sem passado sindical, de modo a moldá-los e a fornecê-los, em troca da chance de inserção inicial no mercado, uma identidade corporativa. Com isso, o jovem trabalhador encontra na “cultura da empresa” e no “patriotismo empresarial” um substituto para a pertença a outras formas de sociabilidade e um refúgio contra o sentimento de insegurança. Para Gorz (2004), a empresa pós-fordista e pós-taylorista oferece uma espécie de “segurança monástica”: ela pede renúncia a tudo e oferece em troca a ilusão do privilégio de ser parte de uma “grande família”, ou seja, se impõe como o principal vínculo social do trabalhador.

Com isso, o trabalhador passa a viver um novo tipo de controle: uma espécie de ostracismo na pressão conformista e totalitária do grupo, agora sob o rótulo da “fábrica integrada”. Com isso, não há mais “negociação”, pois ela é desnecessária, na medida em que o “bem comum” já está pressuposto, e com isso todos os problemas são analisados consensualmente, ou seja, já é pressuposto que todos vão ganhar juntos. No geral, Gorz considera a mudança em foco como um regresso diante do fordismo: o toyotismo teria, em alguma medida, substituído as relações modernas por relações pré-modernas. O que estaria em jogo agora seria a perda das relações fixas definidoras do trabalho assalariado.

No fordismo, para Gorz (2004), o trabalhador realiza as tarefas sem concordar. No toyotismo, ao contrário, realiza concordando, com a diferença fundamental de que no primeiro o resultado não é imputável à pessoa. Agora o imperativo da competitividade ocupa espaços pessoais que a empresa deveria ceder. A submissão consentida e induzida pelo discurso da cooperação aprofunda o drama pessoal do trabalhador, colocando-o em servidão absoluta, própria da “cooperação produtiva”.

Os conceitos de flexibilidade e cooperação foram também analisados por Richard Sennett em seu livro “A corrosão do caráter” (2006). A mudança em jogo, redirecionando as sociedades contemporâneas na direção de um “novo capitalismo”, como ele define, tem caráter bem semelhante ao advento do pós-fordismo em Gorz. O cuidado necessário, entretanto, com a teoria da flexibilidade, precisa levar em conta em que medida ela tematiza mudanças práticas e de sentido nas relações de trabalho contemporâneas e em que medida ela se torna ideologia, reproduzindo e legitimando na esfera pública e no senso comum contemporâneo, já tomado por este ideal, a lógica empresarial e sua dominação implícita ainda mais eficaz.

Outro aspecto fundamental da análise de Gorz é a ideia de autonomia e direção de si. Diante das mudanças apresentadas, a autonomia se torna heteronomia, devido aos limites que o capital agora impõe, como nunca, ao trabalho vivo. Gorz recorre também a autores da teoria da intelectualidade de massa para tematizar trabalhadores desempregados. Paolo Virno, por exemplo, percebe que o novo sistema de trabalho subjuga toda a intelectualidade de massa, transformando todos os indivíduos em desempregados em potencial (VIRNO apud GORZ, 2004).

Aqui Gorz procura, em sua tentativa mais crítica, mostrar que a nova linha de produção produz, ela mesma, as condições sociais e culturais que aprofundam o domínio do capital sobre a autonomia do trabalho vivo. A condição dos prestadores de serviço, por exemplo, é o cúmulo da venda de si, sendo estes verdadeiras “mercadorias que trabalham” ou, como disse Wright Mills, tendo sua condição subjetiva situada em um “mercado de personalidade” (MILLS apud GORZ, 2004).

Seguindo com o argumento do autor, vivemos agora a experiência de um trabalho que anula o trabalho. O pós-fordismo produz uma elite trabalhadora ao mesmo tempo em que produz o desemprego. A utilidade social desta elite não pode ser apreciada sob a perspectiva do valor de uso de sua produção ou do serviço oferecido aos usuários. Em outros termos, o trabalho “imaterial” privilegiado no pós-fordismo reduz o volume de emprego, bem como a massa de salários distribuídos, além de gerar cotas jamais alcançadas de taxas de exploração. A dominação do trabalho imaterial tende assim a reduzir a 2% a população ativa que domina a totalidade da produção material (GORZ, 2004).

Gorz percebe com isso uma mudança fundamental na transição para as sociedades pós-fordistas. O trabalho imaterial pode ser definido como o domínio da tecnologia e da concepção dos produtos e da produção. Com isso, o autor percebe uma renovação na hierarquia social do trabalho contemporâneo, que produz maior desigualdade, dominação radical e precarização estrutural. Entretanto, é preciso cuidado com o teor altamente ideológico que o conceito de trabalho imaterial pode oferecer. A teoria social crítica neste aspecto precisa tomar para si a tarefa de criticar e não de reproduzir a hierarquia social. O conceito só é crítico na medida em que esclarece que o trabalho imaterial não é ontologicamente superior a outras formas de trabalho. Trata-se de uma forma de trabalho que historicamente, no capitalismo contemporâneo, através do domínio de saberes tecnológicos, ganhou mais poder, prestígio e reconhecimento social e financeiro.

Outro aspecto da mudança social contemporânea percebido por Gorz é o que ele define como “metamorfoses do assalariado”. Neste aspecto, o pós-fordismo transforma mais a natureza do laço salarial do que do trabalho. É claro que existem transformações na natureza prática e no significado do trabalho. Entretanto, o importante neste ponto é a compreensão do processo que André Gorz (2004) concebe como uma “terceirização em cascata”, o que é sinônimo de “precarização em cascata”. Para tanto, o autor analisa um processo de pirâmide de produção toyotista, no qual a terceirização do trabalho em subcontratistas baixa o nível de salário de cima para baixo. Com isso, as “empresas mães” externalizam tarefas especializadas, que são pagas a menor preço. A dependência das prestadoras de serviço em relação às “empresas mães” induz assim à flexibilidade de horários e de contratos na base da pirâmide.

Com a terceirização em cascata, a mão de obra se divide em duas categorias: um núcleo central de assalariados permanentes, de um lado, e a massa de trabalhadores periféricos, precários e flexíveis, de outro. Com o toyotismo, a “empresa mãe” se livra dos encargos, ou seja, da regulação estatal. Aos precários se unem “externos”, prestadores de serviço “independentes” sem direitos trabalhistas. Para o fortalecimento de seu argumento, Gorz (2004), mobiliza alguns dados do trabalho precário e terceirizado na Europa: em 1994, os ditos “novos empregos” somavam 95% na Grã-Bretanha e 80% na França. Outro dado decisivo para sua interpretação é que a adaptação ocidental do toyotismo exige metade de todo investimento para a

manutenção do mesmo nível de produção do fordismo. Ou seja, o capital descobriu a fórmula histórica da autossuperação e economizou. O preço: a precarização institucionalizada, generalizada e ampliada do trabalho em todo o mundo. A identificação de condições de precariedade no centro, assim, é apenas a ponta do iceberg da precarização radicalizada em todo o capitalismo e principalmente em sua periferia.

Outro dado importante: desde 1993 as 500 maiores firmas norte-americanas não empregam mais que 10% de assalariados permanentes e de tempo completo. Esta nova lógica dominante é definida por Gorz (2004) como “pós-salariado”: a flexibilização e externalização do trabalho convertem a remuneração em objeto de negociação. Ou seja, trata-se da volta da relação capitalista mais pura, sem intermédio institucional.

O quadro geral da análise do autor pode ser resumido no advento de uma polaridade sem precedentes na história da Europa: a condição de emprego, decadente, de um lado, e a condição de trabalho temporário, de outro. O independente começa a ser visto como “autoempregado” na visão dos britânicos, por exemplo. Segundo Gorz (2004), a imagem do trabalhador “por sua conta”, “seu próprio patrão” seduz jovens britânicos hoje, desejando receber segundo suas capacidades e mérito. Nesta lógica, porém, só alcança êxito a “elite do saber”, menos de 1% dos ativos: consultores, advogados de negócios, especialistas em informática e experts de alto nível. Neste contexto, onde a condição de “autônomo” significa nadar com os tubarões, salvam-se aqueles com reputação de competências excepcionais, o que significa a institucionalização e radicalização da meritocracia e do individualismo.

No contexto da obra do autor podemos ver seu tom explicitamente negativo. Na narrativa do ocaso da vida social proposta por André Gorz, o capital teria destruído dois séculos de luta da classe trabalhadora. A negociação coletiva agora se torna individual, o que enfraquece e isola o trabalhador diante do capital. Os salários convencionais se tornam individualizados, o que significa aumento da meritocracia e fragmentação interna dos trabalhadores que precisam disputar entre si e cada vez mais diretamente com o colega mais próximo. Por fim, a relação salarial passa da condição de direito para a condição comercial.

Nesta perspectiva, viveríamos agora o domínio de leis impessoais e anônimas do mercado, irresistíveis a indivíduos dispersos competindo entre si. Em outras palavras, o capital fragmenta a sociedade. A tendência contemporânea é a do fim do trabalho abstrato: em geral, separável da pessoa, que qualifica os indivíduos como socialmente úteis. O direito do trabalho agora não mais assegura a pertença social antes da pertença empresarial. A função emancipadora do assalariado desaparece, no sentido de sua relação de sujeição como nas sociedades tradicionais. O capitalismo apresenta agora como dado novo, pelo menos na Europa, a sua face tradicional e pessoalizada.

O efeito social generalizado do fenômeno de transição para o pós-fordismo é que agora “somos todos precários” (GORZ, 2004). “Saímos da sociedade do trabalho sem substituí-la por outra. Cada um de nós tem consciência de sua condição de precário em potencial, e não de trabalhador em potencial, o que significa ausência de consciência coletiva” (GORZ, 2004). Como solução, André Gorz propõe a desconexão do trabalho ao direito a ter direitos. Nem direito a ingresso social, nem cidadania plena, nem identidade podem centrar-se na ocupação de um emprego e depender dele. O trabalho, enquanto o que “nos fazem fazer”, deve perder seu lugar central na consciência. Gorz encerra com o diagnóstico de que a sociedade europeia vive agora uma heteronomia precária e insegura e por isso acaba buscando, principalmente em seu livro *O Imaterial* (2005), uma “ontologia do imaterial”, em lugar da “ontologia do trabalho” marxista que dominou as interpretações sobre a sociedade industrial fordista agora em extinção.

Na conclusão geral de Gorz, podemos dizer que não existe possibilidade de uma restauração da sociedade do trabalho. Sua obra é ambígua e por isso mesmo importante para a interpretação do capitalismo contemporâneo, exatamente por que ele identifica alguns fundamentos principais da nova sociedade, o seu pós-fordismo, sinônimo de sociedade do conhecimento. Em apresentação intitulada *Welches Wissen? Welche Gesellschaft?* (Qual conhecimento? Qual sociedade?), no congresso *Gut zu Wissen*, da *Heinrich-Boell-Stiftung*, em 2001, ele chega a falar em “capitalismo do conhecimento”. Este seria marcado por uma fase de transição, na qual mais de um modo de produção coexistem.

Apenas a narrativa europeia pós-Welfare State pode perceber o fordismo como centro do capitalismo e, conseqüentemente, todas as mudanças sociais contemporâneas girando em torno de seu desmoronamento histórico. Por outro lado, a ambigüidade do pensamento europeu em foco levanta pontos fundamentais que podem contribuir para a percepção de uma outra sociedade do trabalho incluindo a periferia com suas economias “emergentes”.

Para Gorz, todo tipo de saber é incorporado como mercadoria no processo de comercialização. Com isso, a transformação de saber em capital e seu aproveitamento é um processo contraditório (GORZ, 2001). O que poderia ser explorado aqui é que a radicalização desta relação se opera na periferia do capitalismo, sendo ainda administrada em seu centro, onde se encontra a maioria dos “donos do saber”, já identificados por muitos intelectuais como parte considerável de uma “elite global” (BECK, 2007).

Em sua tentativa crítica, André Gorz (2001) percebe que a sociedade enquanto totalidade é quem cria o saber específico das empresas, com o qual o incomensurável capital-saber social e cultural se completa. No pós-fordismo, a valorização do capital-saber das empresas tem sido sempre arbitrária. Também a ideia de capital-saber se apresenta em toda a sua ambigüidade. Ao mesmo tempo em que ela tematiza a nova condição de adaptação necessária ao trabalhador, diante dos novos padrões de qualificação exigidos por um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, ela incorre no risco de reproduzir uma linguagem que se remete à lógica da racionalidade formal específica que durante o Welfare State definiu as economias estabelecidas do Atlântico Norte, na qual capital e saber se fundem, pelo menos na teoria, na perspectiva do bem comum. O próprio Gorz já mostrou que a precariedade crescente do trabalho é o “calcanhar de Aquiles” desta perspectiva.

TRABALHO E RISCO - ULRICH BECK

Também Ulrich Beck, desde seu livro *Risikogesellschaft* (A sociedade do risco) (1986) se preocupa com a “despadronização do trabalho assalariado” como um dos pilares da mudança social mundial contemporânea, bem como sendo um dos pontos

chave para a interpretação e a intervenção política em prol de uma sociedade mundial mais segura. Para ele, o significado do trabalho assalariado na sociedade industrial se articula ao trabalho em si mesmo, em sua fundamentação. Este significado se encontra ao menos no fato de que a força de trabalho como base da segurança existencial é indispensável para a condução da vida individual.

Beck argumenta que emprego (Erwerbsarbeit) e profissão (Beruf) se tornaram o “eixo da condução da vida” na época industrial (BECK, 1986, p. 20). Ao lado da família, eles compõem o quadro bipolar de um sistema coordenado sobre o qual a vida nesta época se fixa. Diante da pergunta objetiva e inevitável feita a qualquer indivíduo moderno: “o que você é?”, ninguém responde com seu hobby, mas sim com sua profissão ou seu lugar na hierarquia objetiva das posições de trabalho. Em uma sociedade na qual a vida se alinha pela profissão, a resposta à pergunta acima precisa se remeter a informações como salário, status, habilidades linguísticas, interesses possíveis e contatos sociais, dados estes fundamentais para a inserção digna como ser produtivo no que se compreendia como sociedade do trabalho.

Para o autor, a estabilidade interior era oferecida pela segurança ontológica ancorada no trabalho assalariado. No geral, uma profissão garantia experiências sociais fundamentais. A profissão é um lugar no qual a realidade social, compartilhada em primeira mão pode ser experienciada. A sociedade industrial, tendo a vida esquematizada pelo trabalho, em suas felicidades ou tristezas, com seu princípio do mérito, seu direito social e sua desigualdade, sua balança de poder, sua política e cultura, se formou como uma sociedade do trabalho remunerado. Entretanto, a sociedade quase perfeita do Welfare State ruiu. A análise do autor nos conduz à transição de um sistema de ocupações plenamente preenchidas e padronizadas para um sistema de “subocupações flexível e plural” (BECK, 1986, p. 222). Um dado gritante preocupa o autor: a Alemanha ultrapassa hoje a linha dos dois milhões de desempregados. O advento das tecnologias da informação e da produção automatizada não foi capaz de conter o fenômeno. Pelo contrário, a análise de André Gorz, por exemplo, nos diz que eles são a gênese do problema.

Indo adiante, Beck ressalta que com as tecnologias da informação e também com os impulsos de modernização sociais, foi introduzida uma espécie de “mudança constitucional” (BECK, 1986) das ocupações. Uma nítida concorrência entre

continuidade e cisão do desenvolvimento das ocupações no geral abre espaço para uma perspectiva de constatação empírica em ambas as direções no futuro. Ele percebe os novos contextos de cooperação em serviços como ao menos uma parte da solução, como formas de trabalho descentrais, de lugar difuso, independente de lugar, em suas tendências de organização. Elas são, entretanto, impotentes diante do advento da precariedade e da insegurança individual.

O elo entre trabalho social e processos de produção se torna frouxo, no que a autonomia, no sentido de cooperação direta em um “lugar de trabalho comum”, significa flexibilidade em sentido negativo. Com isso, muda o sistema de ocupações nitidamente em sua forma visível. No lugar do que outrora foi seguro, no espaço das fábricas onde o contexto de trabalho era garantido, surge uma “organização de serviços insegura” (BECK, 1986, p. 225). Em suma, trata-se do advento da privatização dos riscos de saúde e psíquicos do trabalho. Esta é a era das sub-ocupações descentralizadas, em massa.

Em complemento, Ulrich Beck nota que certas dicotomias são desafiadas pela nova realidade empírica. Os até então antitéticos conceitos de trabalho formal e informal, ocupações e desemprego, se transformam no futuro em um novo sistema de formas flexíveis, plurais e inseguras de subocupações (BECK, 1986, p. 228). A face oculta do capitalismo, sua informalidade e instabilidade econômica, mostra agora ao centro apenas uma parte de seus efeitos sociais incontrolláveis — de forma conjuntural, poderíamos dizer, enquanto sempre foram estruturais na periferia do capitalismo.

Também em seu livro “Liberdade ou capitalismo”, Ulrich Beck (2003) apresenta a mesma perspectiva pessimista do olhar europeu. Ele concorda com o fim da sociedade de “pleno emprego”, em seu sentido clássico. O que significaria “pleno emprego?” A resposta do autor: trabalho “normal”, como base da existência material. O fim desta realidade, para ele, como para a teoria da sociedade do conhecimento, encontra na tecnologia da informação um elemento revolucionário da forma clássica do trabalho. Neste movimento a flexibilização significa o trabalho “desmembrado em dimensões temporais, espaciais e contratuais” (BECK, 1986). Consequência direta: uma zona crescente entre trabalho informal e

desemprego, que depois ele denominou como Grauzone (zona cinzenta) (BECK, 2007).

Para o autor, existe um “regime de risco” no centro do sistema laboral. Realidade esta antiga da periferia, agora é percebida no centro do capitalismo como uma “economia política da insegurança” e também como um efeito dominó. A flexibilidade para ele também significa a transferência de riscos do Estado e da sociedade aos indivíduos, sendo esta uma das bases de sua interpretação sobre o individualismo radicalizado da era pós-Welfare State e globalizada que ele denomina como “modernidade reflexiva” (BECK, 1986).

Como saída, Ulrich Beck (2003) acredita que os governos devem fomentar a produção de maior valor e que gere maiores salários. A esta altura o autor nos coloca diante de uma “dialética rara”: quanto mais elevados os custos salariais, mais o empresário procura introduzir máquinas e empregar menos. Poderíamos dizer que se trata de uma grande mudança infraestrutural e tecnológica: mais máquinas, menos emprego humano no centro, inchaço da precariedade para a periferia, migração do trabalho precário para o centro do capitalismo.

Por outro lado, Beck concorda que a importância do trabalho como criação de valor diminuiu. Ele parte do fato de que os salários são cada vez menores na renda nacional. Também aparece como elemento explicativo o setor de serviços, pois com ele o capitalismo se reorganiza no centro e lamenta a falsa crise do trabalho. Diante da crise, que para o europeu soa mais social do que econômica, surge a incisiva pergunta do autor: “Como harmonizar novamente Estado, cidadão e trabalho?” (BECK, 1986).

Para tanto, Ulrich Beck (1986) propõe alguns pontos: primeiro, não confundir modernização com privatização. Ou seja, o centro do capitalismo começa a sentir os efeitos sociais do neoliberalismo. Para ele, o sucateamento do Estado com a trindade desregulação-liberalização-privatização desprotegeu a Alemanha do terrorismo. Para ele, as imagens de Nova York assustam a União Europeia: um país pode suicidar-se por excesso de neoliberalismo. A realidade é que a produção mundial do liberalismo não pôde prever os efeitos sobre a segurança do centro. Agora, isso apavora o pensamento europeu e contribui para a tese do fim da sociedade do trabalho.

Ulrich Beck acredita na volta da força do Estado, evocada nos EUA e na Europa. Também sugere que se deveriam abrir mais espaços na dimensão laboral para a participação e o compromisso civil dos cidadãos (BECK, 2003). A pergunta incisiva seria: como organizarmos a educação, a ciência e os serviços sociais para obter mais agilidade e capacidade de renovação dos serviços públicos? Outro ponto importante para Ulrich Beck trata de uma “inversão irônico-histórica”: antes, vivíamos a disputa liberdade versus socialismo e agora, capitalismo versus liberdade. A liberdade para ele estaria ligada à condição de segurança econômica, política e social garantida pelo Welfare.

Em sua segunda solução, o autor acredita que o Estado deve se harmonizar com igualdade e liberdade (BECK, 2003). Como confirmação de sua assertiva, bastou a ele recorrer ao artigo número 1 da Lei Fundamental Alemã: “a dignidade da pessoa trabalhadora é inviolável”. O terceiro ponto de solução de Ulrich Beck é a imigração como antídoto para o envelhecimento da sociedade. O sonho europeu aqui é a reconstrução do Estado da liberdade e da democracia, ou seja, o retorno da suposta grande realização positiva do capitalismo em sua história de desigualdade transnacional ao longo do século XX, século da sociedade industrial que estabeleceu a seguridade social, a dignidade e a qualidade de vida dos países do Atlântico Norte.

Ainda que Ulrich Beck não seja um autor canonizado no campo da sociologia do trabalho, é interessante resgatar sua obra aqui. Isto porque suas análises sobre o ocaso do Welfare State, desde os anos 1980, contextualizadas em sua famosa tese sobre a sociedade de risco, resultaram posteriormente na elaboração de sua tese sobre a "brasilização do Ocidente" (BECK, 1997). Esta metáfora trata basicamente do processo de precarização do trabalho na Europa e principalmente na Alemanha, que com isso estaria se transformando em uma economia informal como o Brasil. Esta tese rendeu ao autor hoje o crédito de ser uma das maiores autoridades para falar sobre o tema do trabalho na Europa, inclusive fora dos intermeios acadêmicos. Por isso, através de seu ponto de vista podemos ver boa parte da percepção do europeu mediano hoje sobre os temas do desemprego e da insegurança social.

No geral, perceber o questionamento tanto social quanto acadêmico acerca do fim da segurança social proporcionado pelo Estado de bem-estar social, agora em ruína nos oferece um caminho importante para o entendimento da sociedade global do trabalho hoje. O dado importante em questão parece ser o fato de que vivemos hoje uma precarização global do trabalho sem precedentes na história, que chega a afetar mesmo o seu centro, até então protegido pelo Welfare State.

CONCLUSÃO

Neste artigo, procurei reconstruir as contribuições analíticas de três importantes autores sobre o tema do trabalho: Claus Offe, André Gorz e Ulrich Beck. Ainda que os mesmos tenham procurado analisar as mudanças estruturais do sentido e da lógica do trabalho em todas as suas dimensões, ou seja, econômicas, políticas, sociais e culturais, eu gostaria agora de enfatizar os aspectos propriamente sociais destas análises. Ainda que a compreensão das mudanças econômicas seja sempre fundamental para o entendimento das outras dimensões da vida social, gostaria de ressaltar aqui as mudanças propriamente sociais percebidas na obra dos referidos autores.

Como mudança social podemos considerar as alterações essenciais observáveis na própria relação social diante das mudanças no sentido e na lógica do trabalho contemporâneo. Também podemos considerar como mudanças sociais os efeitos observáveis tanto na vida coletiva quando na experiência individual. Na obra de Claus Offe, por exemplo, temos como principal questionamento se o trabalho ainda é uma categoria chave para a sociologia. A conclusão do autor, da qual discordo parcialmente, é que o conceito deve ser relativizado em relação à centralidade que teve durante a sociedade industrial.

A principal mudança social percebida pelo autor é que o trabalho não se encontra mais no centro da atribuição de sentido da vida como antes, na sociedade industrial, mas sim relativizado ao lado de fenômenos do mundo da vida como a busca por identidade e os movimentos sociais não mais relacionados diretamente ao sistema produtivo. Trata-se de uma mudança social essencial, pois com isso toda a busca por significado na vida social, bem como seus efeitos individuais, passa a ser

regida pelo mundo da vida e não mais pelo sistema produtivo, o que autoriza o autor a declarar o fim da centralidade do trabalho na atribuição de sentido à vida social.

Para André Gorz, a principal mudança estrutural na transição do fordismo para o pós-fordismo é o advento do conhecimento especializado e tecnológico como principal força produtiva em lugar do trabalho. Ainda que a tese seja bem controversa, podemos perceber a dimensão propriamente social desta mudança principalmente no aspecto da precarização das relações sociais e da vida individual. A precarização aqui parece significar a perda de sentido da vida social e seus efeitos existenciais nos indivíduos. Na dimensão da vida social, podemos dizer que a precarização parece ocorrer em dois níveis. Primeiro, no nível vertical, no qual a relação entre patrão e empregado, bem como entre prestadores e recebedores de serviços, é marcada pelo agravamento da desigualdade de renda e pelo fortalecimento implícito da hierarquia social e política. No segundo nível, horizontal, experienciamos a transformação dos vínculos de solidariedade entre os trabalhadores em competição acirrada pela sobrevivência nos reduzidos postos de trabalho. As consequências individuais podem ser resumidas na insegurança objetiva, derivada das condições econômicas precárias, e na insegurança subjetiva, causada pela perda de força política e de solidariedade social da classe trabalhadora.

Por fim, o principal aspecto da mudança social percebido na obra de Ulrich Beck é a institucionalização do risco, tanto na vida social, quando na experiência individual, a partir da institucionalização social da precariedade do trabalho. Assim como André Gorz, Ulrich Beck percebe que o desemprego passa a ser uma condição possível para a maioria dos cidadãos, sendo a classe média em grande medida incluída nesta nova condição social. Os efeitos da insegurança e do risco do desemprego são traduzidos na obra de Ulrich Beck em termos de perda de força política da sociedade como um todo. Esta perda pode ser vista como um efeito na vida social na medida em que afeta a qualidade da democracia.

O enfraquecimento do Estado, neste aspecto, afeta diretamente os laços sociais, uma vez que os indivíduos precisam se preocupar antes de tudo com sua segurança material, sendo as dimensões propriamente sociais e também políticas da vida

colocadas em segundo plano. A dimensão mais propriamente individual destes efeitos pode ser vista no surgimento de uma sociedade atomizada e individualizada no sentido mais negativo do termo, ou seja, o enfraquecimento progressivo de todas as formas de solidariedade.

Sendo assim, podemos dizer que no geral as mudanças sociais no trabalho contemporâneo, percebidas através da obra dos três autores, apresentam um tom explicitamente negativo. Resumidamente, no plano das relações sociais propriamente ditas, temos a perda da força do trabalho como atribuidor de sentido (Offe), a generalização e o aprofundamento da precariedade (Gorz) e a institucionalização do risco, também em termos da vida política (Beck). No plano da experiência individual, podemos dizer que encontramos o descrédito em relação ao sistema produtivo e a aposta em aberto no mundo da vida (Offe), a condição de descartabilidade e desqualificação pessoal diante dos novos critérios seletivos da sociedade do conhecimento (Gorz) e a radicalização do individualismo não solidário e do isolamento político diante da institucionalização do risco (Beck).

Deste modo, procurei neste artigo ressaltar as mudanças propriamente sociais na lógica e no sentido do trabalho contemporâneo, a partir das análises sobre as mudanças estruturais do capitalismo nas últimas décadas, observáveis principalmente a partir dos anos 1970. Ainda que a obra dos autores analisados seja fortemente marcada por um ponto de vista europeu, sua contribuição apresenta-se como relevante para a teorização social sobre o trabalho hoje na medida em que expressa uma preocupação comum, ou seja, a perda da segurança social experienciada pelo Estado de bem-estar. Este dado histórico pode ser relevante para a análise da precarização do trabalho na sociedade global em sua totalidade, considerando que nem mesmo o seu tradicional centro, até então preservado, encontra-se hoje completamente livre dos efeitos sociais e individuais observáveis pelas mudanças na lógica e no sentido do trabalho contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. (2000). *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez.

BECK, Ulrich. (2003). *Liberdade ou capitalismo.* São Paulo: Edusp.

_____. (1986). *Risikogesellschaft. Auf dem Weg in eine andere Moderne*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

_____. (2007). *Schöne neue Arbeitswelt*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

_____. (1997). *Was ist Globalisierung?* Frankfurt am Main: Suhrkamp.

GORZ, André. (1982). *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense.

_____. (2001). “Welches Wissen? Welche Gesellschaft?”. Apresentação no congresso *Gut zu Wissen*, da Heinrich –Boell – Stiftung.

_____. (2004). *Misérias do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume.

_____. (2005). *O imaterial. Conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Editora Annablume.

MACIEL, Fabrício. (2014). *A nova sociedade mundial do trabalho: para além de centro e periferia?* São Paulo: Editora Annablume.

OFFE, Claus. (1994). *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense.

_____. (1989). “Trabalho: a categoria-chave da sociologia? In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*.

SENNETT, Richard. (2006). *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Record.

SILVA, Josué Pereira da. (2008). *Trabalho, cidadania e reconhecimento*. São Paulo: Annablume.

SOUZA, Jessé. (2010). *Os batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: EdUFMG.

WALLERSTEIN, Immanuel. (1976). *The modern world-system*. New York: Academic Press.

Fabrício Maciel

Doutor em Ciências Sociais, pós-doutorando na Universidade Humboldt de Berlim, Alemanha